

CRISE CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA: Identidade, Consciência e Luta de Classes

Thiago A. Aranha¹
Emerson Luan Ramos Oliveira²
Ester Alves de Lacerda³

Resumo: Este artigo analisa a crise estrutural do capitalismo na América Latina a partir da articulação entre identidade, consciência e luta de classes. Considera-se que as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente e periférico na região moldam formas específicas de exploração, dominação e resistência. A crise capitalista aprofunda desigualdades, precariza o trabalho e estimula reconfigurações ideológicas que tensionam a construção da consciência de classe. A partir de uma perspectiva marxista e decolonial, o estudo evidencia a importância das identidades sociais enquanto expressões da luta de classes e discute seus limites e possibilidades na construção de projetos contra-hegemônicos. Elegeu-se a pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar as análises que as subscrevem, cujo método de análise, privilegia e é subsidiada pelas categorias do materialismo histórico-dialético.

Palavras-Chave: Crise capitalista; América Latina; Luta de classes; Identidade; Consciência de classe.

Abstract: This article analyzes the structural crisis of capitalism in Latin America through the articulation of identity, consciousness, and class struggle. It argues that the specificities of dependent and peripheral capitalist development in the region shape distinct forms of exploitation, domination, and resistance. The capitalist crisis deepens inequalities, precarizes labor, and stimulates ideological reconfigurations that challenge the construction of class consciousness. From a Marxist and decolonial perspective, the study highlights the importance of social identities as expressions of class struggle and discusses their limits and possibilities in the construction of counter-hegemonic projects.

Keywords: Capitalist crisis; Latin America; Class struggle; Identity; Class consciousness.

¹ Docente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, no curso de Serviço Social. Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Ética e Direitos Humanos (NEPEDH), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxista (NEAM), e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (NEPI). E-mail: thiago.santos@unimontes.br ou thiagouaranhas@gmail.com

² Graduando em Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros. Email: luanramos.mg@gmail.com

³ Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Email: esterlacerda123@gmail.com

Introdução

*“O proletariado passa por diferentes
fases de desenvolvimento.
Sua luta contra a burguesia
começa com sua existência.”*

Marx & Engels

A crise do capital e a transformação das relações sociais em mercadoria têm sido temas centrais para a análise do capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno não se restringe a um aspecto econômico, mas atravessa dimensões políticas, sociais e subjetivas, redefinindo a forma como os indivíduos se relacionam entre si e com a sociedade. A partir da intensificação da financeirização, da precarização do trabalho e do esgotamento dos mecanismos de reprodução do capital, torna-se imperativo refletir sobre as consequências desse processo para a classe trabalhadora e para a organização da vida em sociedade.

Observa-se que a crise do capitalismo, em suas expressões cíclicas e estruturais, tem provocado impactos profundos e desiguais nas diversas regiões do mundo. Nesse contexto é que a financeirização se intensifica (MARX, 2017), mas não sem deixar de incorporar os objetivos traçados pela dependência contida na função histórica desempenhada pela América Latina. Ou seja, na América Latina, esses efeitos assumem feições particulares, atravessadas pela história da dependência, colonialidade e formação social marcada por intensas desigualdades estruturais. A região, há séculos inserida de forma subordinada no sistema capitalista internacional, sofre as consequências do padrão apresentado por Marx na “Lei Geral da Acumulação Capitalista⁴” (MARX, 2017, p. 689), padrão esse de acumulação baseado na superexploração da força de trabalho, na reprimarização da economia e na violência estatal direcionada à contenção das resistências populares. Nesse cenário, a atual crise do capital — longe de representar um colapso do sistema — funciona como mecanismo de reestruturação que aprofunda as contradições entre capital e trabalho, intensificando a fragmentação social e o desmonte

⁴ Aqui fazemos referência à discussão apresentada por Marx em “O Capital” livro I quando discorre sobre o processo de acumulação capitalista aprofundando a discussão de como o capital produz mais valor, e o crescimento da força de trabalho para explicar a escala da acumulação.

dos direitos historicamente conquistados, mecanismos esses que constroem a desigualdade, como nos aponta Ana, Silva, Bravo e Martinelli (2021):

Para sustentar estes mecanismos que constroem as desigualdades extremas, é necessário de maneira permanente refazer perversos mecanismos ideológicos de sustentação do insustentável, ou seja, garantir a legitimidade desse sistema sociometabólico⁵. Nele, o crescente pauperismo de grande parte dos seres humanos se dá concomitantemente à concentração da extrema riqueza daqueles que por meio das grandes corporações e seus agentes controlam a vida sobre o planeta. Daí o crescente domínio do capital sobre os vários interstícios da vida, o uso da tecnologia para produzir conteúdo que é utilizado de diversas maneiras, desde georreferenciar os diferentes territórios do globo até naturalizar aquilo que é socialmente construído (2021.p. 359).

Nesse sentido, o aprofundamento das desigualdades e da precarização da vida, no entanto, não ocorre de forma homogênea. As múltiplas opressões que conformam a realidade latino-americana — de classe, raça, gênero, etnia, território e sexualidades — produzem sujeitos diversos, cujas identidades são constantemente atravessadas pelas condições materiais de existência. Assim, compreender a crise capitalista na América Latina exige ir além da economia política tradicional, incorporando uma leitura crítica que articule estrutura e subjetividade, dominação e resistência, totalidade e particularidade. A construção de identidades sociais, longe de ser um fenômeno exclusivamente cultural, está intrinsecamente ligada aos processos históricos de luta de classes. Trata-se, portanto, de reconhecer que a identidade é também uma forma de expressão política, um campo de disputa simbólica que pode tanto reforçar as lógicas do capital quanto subvertê-las a partir de projetos emancipatórios, porém, observa-se que:

A história revela que a emergência de uma crise impõe entraves para o processo de reprodução ampliada de capital. Porém, também é um componente que realimenta o sistema e impulsiona a busca de novas estratégias para a extração contínua de mais-valor. Dessa maneira, é uma marca do capital a capacidade de adequação de seu fluxo no enfrentamento dos obstáculos que historicamente são postos por sua própria dinâmica. Esse aspecto possui uma íntima relação com o modelo e a configuração em que a riqueza é acumulada, sob a forma de capital, com a mobilidade e a fluidez que lhes são inerentes (BARROS, 2025. p. 7).

Nesse contexto, a consciência social emerge como uma arena estratégica. O desafio central não reside apenas em identificar as condições objetivas da exploração,

⁵ Conceito de **metabolismo social**, discutido por Marx para explicar como o trabalho humano atua como um processo de mediação entre os seres humanos e a natureza. No capitalismo, esse metabolismo se torna **irracional**, pois visa o lucro e a acumulação de capital, rompendo ciclos naturais e gerando o que Marx chamou de "**ruptura metabólica**".

mas em compreender como os sujeitos interpretam, reagem e se organizam diante dessas condições. A ideologia, enquanto forma de mediação da realidade, cumpre um papel decisivo na formação (ou deformação) da consciência de classe. Em tempos de ofensiva conservadora, avanço do neoliberalismo e captura de pautas identitárias por discursos despolitizantes, torna-se fundamental recuperar a crítica marxista à alienação e ao fetichismo das relações sociais, sem desconsiderar a importância das lutas por reconhecimento e dignidade que emergem nas margens do sistema.

Este artigo, portanto, propõe refletir sobre os nexos entre crise capitalista, identidade e luta de classes na América Latina contemporânea. A partir de uma perspectiva marxista e decolonial, busca-se demonstrar como a crise do capital não apenas desestrutura economias e territórios, mas também reconfigura subjetividades e estratégias de enfrentamento. O objetivo é contribuir com a formulação de análises críticas que compreendam as identidades sociais como expressões concretas das contradições do modo de produção capitalista, e que possam apontar caminhos possíveis para a construção de um projeto contra-hegemônico⁶, enraizado nas lutas populares e na reinvenção radical da democracia.

A crise do capital e sua expressão na América Latina

A crise do capital, enquanto fenômeno inerente à lógica contraditória do modo de produção capitalista, manifesta-se de formas variadas ao longo da história, assumindo contornos particulares em diferentes regiões do mundo. Na América Latina, sua expressão é intensificada pelas condições estruturais de dependência e subordinação ao capital internacional, que remontam ao processo de colonização e à inserção subordinada da região na divisão internacional do trabalho. Diferentemente das economias centrais, que acumulam excedentes e impõem suas normas às periferias do sistema, os países latino-americanos sofrem os efeitos mais perversos das reestruturações do capital global, sem deterem os mecanismos de controle político, tecnológico e financeiro que regulam o sistema mundial.

⁶ Aqui nos referimos a discussão das ideias, práticas, discursos ou movimentos que se opõem à hegemonia dominante. Ou seja, questionando a ordem vigente, desnaturalizando o senso comum dominante como for de propor novas formas de pensar, viver e organizar a sociedade.

As crises capitalistas não são eventos isolados ou meros acidentes de percurso. Elas decorrem das contradições internas do próprio capital, como a tendência à queda da taxa de lucro, a superprodução relativa de mercadorias, a anarquia da produção e a centralização da riqueza.

Desde os anos 1990, em todos os continentes registram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E Crises, não só financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista—não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise deixado a si mesmo só resulta... Mais capitalismo (Netto, 2012 p. 415).

E ainda,

Entretanto, há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente até hoje, por apenas 2 vezes: a chamada crise sistêmica, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital (Netto, 2012 p. 415).

Assim, pode-se observar que essas crises são momentos em que tais contradições se tornam insustentáveis no interior do sistema, exigindo reorganizações que garantam sua continuidade, mesmo que à custa da destruição de forças produtivas, da intensificação da exploração do trabalho e da precarização das condições de vida. Na América Latina, essas reestruturações recaem de forma brutal sobre as classes trabalhadoras e populações marginalizadas, revelando as engrenagens da dominação imperialista em sua face mais violenta.

A financeirização da economia global, impulsionada desde os anos 1970, aprofundou ainda mais o caráter especulativo do capitalismo contemporâneo e reduziu a autonomia econômica dos países latino-americanos. A reprimarização das economias nacionais — com foco na exportação de commodities e recursos naturais — tornou os Estados dependentes das oscilações do mercado internacional e vulneráveis às crises externas. Esse modelo não apenas restringe o desenvolvimento soberano como amplia a devastação ambiental, a espoliação dos povos indígenas e tradicionais, e a concentração fundiária, conformando uma geopolítica da acumulação baseada na pilhagem do comum.

A crise capitalista que se intensificou a partir de 2008 e se prolongou na década seguinte representou uma nova etapa desse processo. Os pacotes de austeridade fiscal, o avanço da privatização dos bens públicos e o desmonte dos direitos sociais consolidaram uma ofensiva neoliberal sobre os países latino-americanos, com impacto direto sobre a vida cotidiana das classes populares. A precarização do trabalho — materializada na informalidade, no desemprego estrutural e nas novas formas de subordinação via plataformas digitais — reforçou a instabilidade social e aprofundou a exclusão de amplas parcelas da população. Paralelamente, o Estado passou a operar cada vez mais como gestor da crise, não para superá-la em benefício da maioria, mas para garantir as condições de valorização do capital e a contenção dos conflitos sociais.

A violência estatal, o encarceramento em massa, a militarização dos territórios e o genocídio da juventude negra e periférica são, nesse sentido, partes constitutivas da forma como a crise se manifesta na América Latina. Trata-se não apenas de uma crise econômica, mas de uma crise da sociabilidade capitalista em sua totalidade — uma crise do trabalho, da democracia, da reprodução da vida e do próprio sentido de futuro. A América Latina vive, portanto, sob o peso de múltiplas crises sobrepostas: crise econômica, crise ambiental, crise política, crise ética, crise civilizatória.

Essa complexidade exige uma análise que articule a totalidade do sistema com as especificidades regionais, reconhecendo que a crise do capital na América Latina não é mera consequência externa, mas resultado de um padrão de acumulação historicamente construído com base na dependência, na expropriação e na violência. Ao mesmo tempo, essa crise abre fissuras no tecido da dominação, provocando reações populares que vão desde mobilizações espontâneas até a construção de projetos coletivos de resistência. A América Latina, como território marcado por profundas contradições, se apresenta também como espaço fértil para a emergência de alternativas ao capitalismo — ainda que em meio a duras disputas de sentido e poder.

Identidade, consciência e contradições

O pressuposto da visão marxiana é que as relações sociais que constituem o capital são exatamente a base material que pode sustentar a prerrogativa de o proletariado tornar-se uma classe universal IASI (2022. p. 93). Nesse sentido cabe ressaltar que a compreensão das dinâmicas sociais na América Latina, especialmente em tempos de crise

estrutural do capital, exige uma análise que vá além das determinações econômicas imediatas e que incorpore o papel das identidades e da consciência na constituição da luta de classes. Observa-se então que a identidade, enquanto construção histórica e social, não é um dado natural ou imutável, mas um processo relacional e contraditório, atravessado pelas condições materiais de existência, pela cultura, pela ideologia e pelas disputas simbólicas que estruturam a sociedade (ANA; BRAVO; SILVA; MARTINELLI, 2021.p. 359). No contexto latino-americano, marcado por profundas desigualdades e múltiplas opressões — de classe, raça, gênero, etnia e sexualidade —, as identidades expressam tanto as formas de dominação quanto os potenciais de resistência que emergem das margens do sistema.

A constituição das identidades sociais se dá no interior das relações de produção, mas também nos espaços da vida cotidiana, da cultura e da política, onde os sujeitos elaboram sentidos para suas experiências. Em sociedades atravessadas por heranças coloniais, patriarcais e racistas, como as latino-americanas, as formas de opressão não se restringem à exploração econômica, mas se inscrevem nos corpos, nas narrativas e nos territórios. Assim, a identidade pode tanto reforçar a fragmentação e a alienação produzidas pelo capital, como também se tornar um instrumento de articulação coletiva, quando enraizada na luta por emancipação. É nesse ponto que se evidencia a dialética entre identidade e consciência: nem toda identidade produz consciência crítica, mas toda consciência de classe passa, necessariamente, pela mediação das experiências identitárias concretas.

A consciência social, no entanto, não é uma consciência pura, nem se forma espontaneamente a partir das condições objetivas. Trata-se de uma construção histórica e política, permanentemente atravessada por disputas ideológicas. A ideologia dominante — como apontava (Marx, 2017) — é a ideologia da classe dominante, e atua para naturalizar as relações de exploração, obscurecer as contradições do sistema e dividir os sujeitos subalternos por meio de identidades esvaziadas de conteúdo político. O capitalismo contemporâneo, especialmente em sua fase neoliberal, é extremamente hábil em capturar e mercantilizar as lutas por identidade, transformando demandas legítimas em produtos de consumo, discursos despolitizados ou pautas fragmentadas que não confrontam diretamente a lógica da exploração.

a dimensão financeira do capitalismo contemporâneo se estrutura mediante mecanismos e canais extremamente flexíveis e abrangentes no tempo e no espaço, chegando mesmo, em determinadas circunstâncias, a negar a

existência formal do Estado-nação, já que os capitais financeiros exigem liberdade absoluta de movimento em uma perspectiva supranacional (NOVOA & BALANCO, 2013. p. 96).

E ainda

Em razão disso tudo, a manifestação assombrosa desse fenômeno no capitalismo contemporâneo, a financeirização, denota a persistência da crise estrutural enfrentada por essa economia, desde os anos 1970, mediante desdobramentos históricos e conjunturais particulares (NOVOA & BALANCO, 2013. p. 96).

Nesse contexto, a crise do capital reconfigura as formas de dominação não apenas no plano da economia, mas também no terreno da subjetividade. O aumento da insegurança material, o enfraquecimento dos laços coletivos e o avanço de ideologias individualistas dificultam a construção de uma consciência de classe sólida e articulada. Ao mesmo tempo, surgem novas formas de resistência, baseadas em experiências locais, culturais e comunitárias, que afirmam identidades insurgentes e reivindicam a dignidade negada pelas estruturas do capital. Essas expressões, embora por vezes fragmentadas, carregam em si a possibilidade de rearticulação política em torno de um projeto contra-hegemônico, desde que conectadas a uma leitura crítica da totalidade social.

As contradições que atravessam as identidades e as consciências nos espaços populares latino-americanos não devem ser vistas como obstáculos definitivos, mas como campos em disputa. É justamente nessas fissuras que se pode plantar a semente de uma nova subjetividade coletiva, capaz de unificar as lutas dispersas em torno de um horizonte emancipatório. Isso implica reconhecer que a identidade não substitui a classe, mas também que a classe não se constitui fora das experiências identitárias concretas. A articulação entre identidade, consciência e luta de classes exige, portanto, uma práxis política que valorize a diversidade sem perder de vista a centralidade do conflito capital-trabalho como eixo estruturante das desigualdades e da dominação.

A superação das formas alienadas de consciência, alimentadas por fundamentalismos, racismo, machismo e outros dispositivos ideológicos do capital, depende da construção de processos formativos, organizativos e afetivos que resgatem a capacidade crítica e a potência coletiva das classes subalternas. O desafio é político e pedagógico: formar sujeitos capazes de reconhecer-se como parte de uma totalidade contraditória, identificar os mecanismos de opressão que moldam suas vidas e construir, com outros, projetos de transformação radical da sociedade. Nesse sentido, a identidade

torna-se terreno fértil para o florescimento de uma consciência revolucionária, desde que vinculada a práticas concretas de enfrentamento ao capital e suas múltiplas formas de dominação.

A Luta de classes e resistência na periferia do capital

Para iniciar a reflexão aqui apresentada, partimos do pressuposto marxista de que a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes⁷ (MARX & ENGELS, 2010.p. 40). A luta de classes, enquanto motor da história nas sociedades organizadas sob o modo de produção capitalista, manifesta-se de forma especialmente complexa e intensa nas periferias do sistema mundial. Na América Latina, essa luta adquire contornos específicos, marcados por um processo histórico de colonização, escravização, expropriação e dependência estrutural que moldou sociedades profundamente desiguais e violentas. A periferia do capital não é apenas uma localização geográfica ou econômica, mas um lugar social e político onde se concentram formas agudas de exploração e dominação, e onde também emergem resistências radicais, enraizadas nas contradições mais brutais da ordem capitalista global.

Nesse contexto, a luta de classes não se reduz ao confronto direto entre capitalistas e trabalhadores em sua forma clássica industrial. Ao contrário, ela se estende e se articula a partir de múltiplas expressões da questão social: a informalidade do trabalho, a negação sistemática de direitos, o racismo estrutural, a violência de Estado, o feminicídio, o extermínio da juventude negra e indígena, a criminalização da pobreza e a destruição dos territórios tradicionais. Todas essas expressões são parte constitutiva da luta de classes na periferia, ainda que muitas vezes sejam desconsideradas pelas leituras eurocentradas e economicistas que invisibilizam os sujeitos históricos latino-americanos e suas formas singulares de resistência.

A classe trabalhadora na América Latina é heterogênea, precarizada e profundamente racializada e generificada. Essa heterogeneidade não a enfraquece necessariamente, mas impõe o desafio de uma leitura ampliada da luta de classes, que incorpore as múltiplas dimensões da dominação capitalista sem diluir sua base material. A resistência, por sua vez, se organiza tanto em formas tradicionais de luta — como os

⁷ Discussão apresentada por Marx e Engels em “O manifesto comunista” ao falar sobre Burgueses e Proletários discorrendo sobre a constante oposição, vivendo assim numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada.

sindicatos, os partidos de esquerda e os movimentos camponeses — quanto em experiências comunitárias, culturais, territoriais e identitárias que reinventam a ação coletiva a partir das realidades locais. Ocupações urbanas, redes de economia solidária, coletivos feministas, articulações indígenas, quilombolas e periféricas, além de mobilizações estudantis e populares, compõem o mosaico de uma resistência viva, plural e em constante reconstrução.

A crise capitalista, ao aprofundar o desemprego, o desalento e a insegurança generalizada, produz uma tensão constante entre apatia e rebelião. Em muitos casos, a desestruturação das formas clássicas de organização de classe dificulta a articulação de projetos políticos de longo prazo, enquanto o avanço das ideologias conservadoras e do autoritarismo de mercado tenta capturar os sentimentos de revolta em direção a saídas regressivas. No entanto, é justamente na periferia do capital que se tem observado, historicamente, algumas das experiências mais combativas e criativas de enfrentamento ao sistema. A luta de classes, nesse cenário, não é uma abstração, mas uma experiência cotidiana e concreta, vivida nos becos, nas favelas, nas escolas públicas, nos campos, nas aldeias, nos corpos e nas vozes daqueles e daquelas que resistem à necropolítica e à barbárie neoliberal.

A radicalidade dessas lutas reside não apenas em suas pautas materiais, mas em sua capacidade de questionar os fundamentos da ordem capitalista e propor outras formas de viver, produzir e se relacionar. A ideia de “bem viver”, os modos de vida coletivos, a autonomia territorial e as pedagogias populares são exemplos de resistências que escapam à lógica do capital e apontam para horizontes pós-capitalistas. Essas práticas, ainda que fragmentadas, carregam um potencial revolucionário, pois articulam denúncia e anúncio: denunciam as violências do sistema e anunciam novos mundos possíveis.

Contudo, a resistência não é um processo linear nem isento de contradições. As lutas populares estão permanentemente tensionadas entre a institucionalização e a ruptura, entre o pragmatismo e a utopia, entre o reformismo e a transformação radical. O desafio histórico consiste em transformar a indignação em organização, a dor em potência política, e a diversidade das pautas em projeto coletivo. Para isso, é necessário retomar a centralidade da luta de classes como categoria analítica e prática, sem ignorar as mediações identitárias, culturais e territoriais que conformam os sujeitos nas periferias do capital. A luta de classes, nesse sentido, é uma práxis histórica que se refaz a partir da

realidade concreta dos oprimidos e que encontra, na América Latina, um terreno fértil para a insurgência e a reinvenção da emancipação humana.

Considerações Finais

Quando Losurdo (2015) nos provoca a pensar sobre a luta de classes atualmente e dialoga com o Manifesto do Partido Comunista traz à luz que “não são apenas as “lutas de classes” a ser declinadas ao plural, mas também as “formas” que elas assumem nas diversas épocas históricas, nas diferentes sociedades, nas diferentes situações concretas que progressivamente surgem” (p.6), ou seja, que a luta de classes deve ser entendida de acordo dos seus diferentes contextos de tempo e espaço. Assim compreendemos ao longo do trabalho realizado que o Manifesto provoca a necessidade de derrubada da burguesia do poder, que a luta de classes só será vitoriosa para os trabalhadores quando estes assumirem o poder e o controle sobre as sociedades, pois esta provocará a libertação da classe trabalhadora.

Assim, podemos afirmar que a crise estrutural do capitalismo na América Latina evidencia, de forma aguda, as contradições de um sistema mundial fundado na exploração, na desigualdade e na violência como fundamentos de sua reprodução. Longe de ser um fenômeno conjuntural ou passageiro, trata-se de uma crise orgânica, que atravessa os pilares econômicos, políticos, sociais, ambientais e civilizatórios do capital, impactando de maneira devastadora os povos da periferia do sistema. A América Latina, como região historicamente marcada pela dependência, pela colonialidade e pela superexploração da força de trabalho, torna-se um dos epicentros mais intensos dessas manifestações, revelando as formas perversas de precarização, desigualdade e fragmentação que sustentam a ordem capitalista global.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o capital aprofunda suas estratégias de dominação por meio da financeirização, da destruição de direitos, da criminalização da pobreza e da mercantilização da vida, também emergem — com força e criatividade — expressões de resistência que desafiam a lógica dominante. As identidades sociais, longe de serem meros elementos culturais, tornam-se campos de disputa política e ideológica, nos quais os sujeitos elaboram significados, constroem pertencimentos e forjam formas de ação coletiva. Quando articuladas à consciência crítica e à leitura estrutural das

contradições sociais, essas identidades se convertem em ferramentas potentes para a construção de projetos emancipatórios e contra-hegemônicos.

Nesse processo, a luta de classes reafirma-se como categoria central para a compreensão e a transformação da realidade com vistas a uma mudança revolucionária⁸.

A mudança revolucionária nunca foi tão necessária e urgente. Por isso mesmo é fundamental que recuperemos alguns elementos essenciais. A forma de sociabilidade determinada em que nos encontramos não é um acaso aleatório, mas sim uma expressão histórica de um sistema de produção e distribuição fundados na ordem metabólica do capital, ou seja, da extração de mais-valia, socialização do trabalho e acumulação privada da riqueza socialmente produzida (IASI, 2022. p. 99)

Longe de estar superada, observa-se que ela adquire novas expressões no interior das múltiplas opressões que atravessam os sujeitos nas periferias do capital. A heterogeneidade das experiências populares na América Latina — atravessadas por raça, gênero, etnia, sexualidade, território e geração — não enfraquece a luta de classes, mas a torna mais complexa e desafiadora, exigindo novas formas de organização política, novas pedagogias da resistência e novas sínteses capazes de unificar a diversidade sem apagar suas singularidades.

Assim, reconhecer a centralidade da luta de classes e da consciência social na articulação com as identidades insurgentes é fundamental para enfrentar os dilemas do presente. Em um cenário de ofensiva conservadora, avanço autoritário e reorganização do capital sob a égide do neoliberalismo, torna-se urgente fortalecer os espaços de formação crítica, reconstruir laços de solidariedade de classe e projetar alternativas radicais à sociabilidade capitalista. A América Latina, com sua história de rebeliões populares, pensamento crítico e utopias insurgentes, segue sendo um território de disputa, mas também de esperança. A crise do capital, ainda que tente apagar o futuro, carrega em suas fissuras a possibilidade de novos começos — desde que haja sujeitos organizados, conscientes e dispostos a reinventar o mundo a partir da luta.

⁸ Partindo da discussão apresentada por Iasi, 2022 ao abordar a urgência na mudança do mundo em consciência e ideologia para além dos muros de pedra.

Referências Bibliográficas

SANT'ANA, Raquel Santos; BRAVO, Maria Inês Souza; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; MARTINELLI, Maria Lúcia. **Expressões contemporâneas da crise estrutural da produção capitalista e seus rebatimentos no Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 142, p. 357-365, set./dez. 2021

BARROS, Albaní. **Apontamentos sobre a conjuntura mundial: a “tempestade” da crise do capital**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v. 148(2), Cortez: 2025

BRAZ, Marcelo. **Mundos do trabalho e Serviço Social: ensaios sobre a precarização do trabalho e a particularidade do trabalho do assistente social**. Lutas Anticapital, 2018.

COIMBRA, Marcos Aurélio da Silva. **Neoliberalismo, crise do capital e questão social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2018.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana**. São Paulo: Paulus, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez Editora. São Paulo, 2015.

IASI, Mauro Luís. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luís. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra (ensaios)**. 1ª ed. São Paulo. Cortez: 2022.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Formato epub 1ª ed. Junho de 2015. ISBN 978-85-7559-455-1 SPILKI et al. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, Número I, p. 165-179, Abril de 2009

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Boitempo. São Paulo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo. Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e crise civilizatória**. Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In Revista Serviço Social e Sociedade 111. Cortez Editora. São Paulo, 2012.

NÓVOA, Jorge & BALANCO, Paulo. **O Estágio Último Do Capital. A Crise E A Dominação Do Capital Financeiro No Mundo Caderno**. CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 87-104, Jan./Abr. 2013.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAIMUNDO, Bruna; FERREIRA, Guilherme G. *Consciência de classe e interseccionalidade: desafios para a práxis na América Latina*. Revista Katálisis, v. 26, n. 1, 2023.

YAZBEK, Carmelita. *A questão social no capitalismo contemporâneo: o retrocesso histórico e a resistência*. São Paulo: Cortez, 2017.